



MINISTÉRIO PÚBLICO DO RIO GRANDE DO NORTE

PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE SÃO JOSÉ DO CAMPESTRE
RUA SENADOR GEORGINO AVELINO, Nº 515, CENTRO
FONE: (84)3294-3994

IC nº: 63/2012

Objeto: Alimentação escolar no Município de Serra de São Bento

Data da instauração: 18/05/2012

TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, neste ato representado pelo Promotor de Justiça da Comarca de São José do Campestre, Dr. Flávio Henrique de Oliveira Nóbrega, doravante denominado **TOMADOR DO COMPROMISSO**, e, de outro lado, **Emanuel Faustino da Silva**, brasileiro, casado, CPF nº 406.720.004-84, Prefeito Constitucional do Município de Serra de São Bento/RN, residente na Rua Afonso Belmont, nº 186, Centro, Serra de São Bento/RN, doravante denominado **COMPROMISSÁRIO**, celebram o presente **COMPROMISSO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA**, em conformidade com o disposto no artigo 5º, §6º, da Lei n. 7.347/85, no artigo 7º. da Lei n. 7.853/89 e na Resolução nº. 002/2008-CPJ/RN, mediante os termos transcritos:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DO COMPROMISSÁRIO

O compromissário compromete-se a, no prazo máximo de 06 meses:

- I - garantir que a oferta da alimentação escolar se dê em conformidade com as necessidades nutricionais dos alunos, durante o período letivo, observando as diretrizes estabelecidas na Lei nº 11.947/2009, bem como o disposto no inciso VII do art. 208 da Constituição Federal;
- II - promover estudos e pesquisas que permitam avaliar as ações voltadas para a alimentação escolar, desenvolvidas no âmbito das respectivas escolas;
- III - promover a educação alimentar e nutricional, sanitária e ambiental nas escolas sob sua responsabilidade administrativa, com o intuito de formar hábitos alimentares saudáveis aos

alunos atendidos, mediante atuação conjunta dos profissionais de educação e do responsável técnico de que trata o art. 11 da Lei nº 11.947/2009;

IV - realizar, em parceria com o FNDE, a capacitação dos recursos humanos envolvidos na execução do PNAE e no controle social;

V - fornecer informações, sempre que solicitado, ao FNDE, ao CAE, aos órgãos de controle interno e externo do Poder Executivo, a respeito da execução do PNAE, sob sua responsabilidade;

VI - fornecer instalações físicas e recursos humanos que possibilitem o pleno funcionamento do CAE, facilitando o acesso da população;

VII - promover e executar ações de saneamento básico nos estabelecimentos escolares sob sua responsabilidade, na forma da legislação pertinente;

VIII - divulgar em locais públicos informações acerca do quantitativo de recursos financeiros recebidos para execução do PNAE;

IX - prestar contas dos recursos financeiros recebidos à conta do PNAE, na forma estabelecida pelo Conselho Deliberativo do FNDE;

X - apresentar ao CAE, na forma e no prazo estabelecidos pelo Conselho Deliberativo do FNDE, o relatório anual de gestão do PNAE.

XI - determinar que o cardápio escolar seja elaborado por nutricionista habilitado, o qual deve suprir, no mínimo, 15% das necessidades nutricionais diárias dos alunos matriculados em creches, pré-escolas e escolas, respeitados os hábitos alimentares e a vocação agrícola da comunidade;

XII - sempre que houver a inclusão de um novo produto no cardápio submetê-lo a teste de aceitabilidade;

XIII - **sanar todas as irregularidades relatadas no parecer técnico de fls. 46-61**, que passa a fazer parte do presente ajuste, notadamente quanto à necessidade de continuidade do fornecimento da alimentação, aos problemas higiênicos-sanitários, à substituição irregular de merendeiras e à cessão de sala de aula para residência familiar;

XIV - adquirir os gêneros alimentícios de acordo com os ditames da Lei nº 8.666/93; e

XV – observar os demais termos da Lei nº 11.947/2009.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA FISCALIZAÇÃO

O **TOMADOR DO COMPROMISSO** poderá fiscalizar a execução do presente acordo, tomando as providências legais cabíveis, sempre que necessário, isoladamente ou com o auxílio de outros órgãos que possuam atribuições correlatas com o objeto deste termo de ajustamento.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA PENALIDADE POR DESCUMPRIMENTO

O não cumprimento total ou parcial, nos prazos estipulados, das obrigações estabelecidas na cláusula PRIMEIRA, implica multa em desfavor do Município no valor de R\$ 2.000,00 (dois mil reais) por item descumprido, acrescida de atualização monetária, adotando-se para tanto índices utilizados pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Norte para correção de débitos judiciais, até o adimplimento total da obrigação, independentemente da ação de execução específica das obrigações, nos termos do disposto no parágrafo 6º do art. 5º da Lei Federal n.º 7.347/85.

CLÁUSULA QUARTA – DO REAJUSTE DA MULTA

O não pagamento da multa implica em sua cobrança pelo Ministério Público ou pela Fazenda Pública, com juros 1% (um por cento) ao mês e atualização em conformidade com as normas aplicadas aos débitos judiciais.

DISPOSIÇÕES FINAIS

O presente compromisso de ajustamento de conduta produzirá efeitos legais a partir de sua celebração, e terá eficácia de título executivo extrajudicial, na forma dos arts. 5º, §6º, da Lei nº 7.347/85 e 585, II, do Código de Processo Civil.

Verificadas todas as Cláusulas e por estarem de acordo, firmam as partes os presente compromisso, em 03 (três) vias originais e idênticas, todas rubricadas e assinadas ao final.

São José do Campestre, 21 de agosto de 2013.

Emanuel Faustino da Silva
Prefeito do Município de Serra de São Bento/RN

Jean Carlos Varela Aquino
Procurador Geral do Município

Flávio Henrique de Oliveira Nóbrega
Promotor de Justiça